

Gênero e Interseccionalidade: formação para uma pedagogia musical crítica

Comunicação

Yasmim Frufrek Marques
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)
yasfmarques@hotmail.com

Vânia Beatriz Müller
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)
vania.muller@udesc.br

Resumo: A pesquisa em questão lança um olhar atento para as questões de gênero e sexualidades na formação e atuação de educadoras, educadores e educadores musicais. A fundamentação teórica se baseia em estudos de gênero, teoria queer e perspectivas decoloniais, questionando concepções binárias e heteronormativas presentes em nossa sociedade. Utilizando grupos focais e entrevistas semi-estruturadas como metodologia, investigamos como a universidade contribuiu para a construção de uma visão crítica sobre essas temáticas e como os estudantes de licenciatura em música da UDESC incorporam essa perspectiva em suas práticas músico-pedagógicas diárias. Nosso estudo, portanto, tem como enfoque as temáticas relacionadas às questões de gênero e sexualidades, levando em conta as estruturas neoliberais vigentes.

Palavras-chave: Pensamento crítico na educação musical; gênero e interseccionalidade; formação de educadoras/es/ies musicais.

Introdução

Nosso trabalho tem como base todo um contexto ético-político relacionado à educação musical, ressaltando a importância do pensamento crítico em todas as ambiências educacionais, bem como na formação integral enquanto ser-humano. É nesta direção que a pesquisa em andamento “Pensamento descolonial na formação de educadoras/es musicais: uma pesquisa com egressos da Licenciatura em Música da UDESC” está sendo desenvolvida. Os dados obtidos neste estudo, que observou a prática docente dos sujeitos da pesquisa, apontaram que nos seus contextos de atuação as questões de gêneros e sexualidades são relevantes.

Ao longo da pesquisa, nos deparamos com questões de gênero que surgiram durante os grupos focais e demais procedimentos metodológicos, como as entrevistas semi-estruturadas. Um depoimento de uma egressa em particular motivou nosso interesse em verificar na ambiência atual de educadores musicais em formação, em 2024, um estudo comparativo com o período de 2014 à 2017. Durante seu relato, ela compartilhou experiências desafiadoras relacionadas ao seu gênero, tanto na universidade, como em aulas de instrumento em grupo. A partir disso, sentimos a necessidade de aprofundarmo-nos em como as identidades de gênero e as sexualidades transversalizam-se com as práticas músico-pedagógicas e demais contextos musicais. Buscamos analisar os impactos dessa temática nas experiências individuais, que acabam por moldar as práticas docentes, influenciando desde a experiência dentro da universidade até a atuação no mercado de trabalho.

Wenning (2020, p. 215) aponta que as instituições “têm servido tanto para reforçar estereótipos e preconceitos quanto, por meio de dispositivos legais e políticas públicas, para tentar combatê-los.” Essa constatação implica reconhecer que as instituições transmitem e perpetuam valores e conhecimento.

Ao longo deste texto, optamos por utilizar a linguagem neutra. Essa escolha justifica-se porque

(...) usar e ou refletir sobre linguagem não-binária é certamente um ato queer/cu-ir, entendido aqui como um ato de desvio das normalidades, portanto, de subversão a essas, e também de alianças entre corpos/sujeitos marginalizados, aqueles corpos/sujeitos colocados em condição de inviáveis, matáveis, tais como os corpos que não se reconhecem na binariedade de gênero. (Filho, 2021, p. 1259)

Ao adotarmos essa linguagem, reconhecemos a existente diversidade de identidades de gênero ao mesmo tempo que desafiamos as normas sociais estabelecidas, incluindo indivíduos que não se reconhecem dentro da binariedade.

Fundamentação Teórica

Autoras como Judith Butler (2003) abordam os estudos de gênero e a teoria queer. Butler questiona a concepção de gênero como algo fixo e biológico, defendendo que sua construção ocorre através do social e do performático. Maria Lugones (2018), por sua vez, critica os sistemas de gênero e sexualidade que se desenvolveram no contexto capitalista e colonialista. No livro “Gênero e Performance: Textos Essenciais I” Baptista (2018) reúne estudos que abordam teorias queer, feministas e decoloniais, com foco nas performances de gênero. Oliveira (2020) discorre acerca da importância da representação da comunidade LGBTQIAP+ nos currículos músico-pedagógicos.

Esta fundamentação teórica na qual a presente pesquisa se orienta é convergente com autores como bell hooks (2019), Paulo Freire (2015), as Teorias Decoloniais (Gentili, 1995; Mignolo, 2017; Quijano, 2010). Buscamos refletir e questionar quais conhecimentos podemos mobilizar diante de situações em sala de aula envolvendo racismo, homofobia e desigualdade de gênero, bem como quais argumentos são pertinentes para lidar com essas questões. Temas emergentes, como a seleção de repertórios, metodologias e os limites impostos pelas instituições, tornam-se especialmente relevantes e dinâmicos nesse contexto de reflexão.

Analisar a cultura através de uma lente crítica tem sido uma maneira muito eficaz de gerar diversas reflexões que visam uma educação com enfoque na emancipação de seres humanos (Paulo Freire, 2015). Educação essa que tem como um de seus objetivos enfrentar a maré de opressões difundida pelo neoliberalismo e promover um espaço livre e acolhedor onde estudantes e professores dialoguem, questionando criticamente tudo o que estiver ao seu alcance, estimulando a autonomia. Por sua vez, a universidade tem como dever e responsabilidade formar indivíduos que são “[...] capazes de exercer sua liberdade de pensamento e ação, [em vez de apenas preparar] mão de obra qualificada pela assimilação de conhecimentos técnicos a serem oferecidos no mercado de trabalho.” (Rocha, 2016, p. 8-9).

A universidade desempenha um papel crucial enquanto um ambiente capaz de promover espaços onde o pensamento crítico desenvolva-se. A academia deve ser um local

de profundo questionamento acerca das estruturas sociais vigentes, reconhecendo que muitos dos valores que permeiam a sociedade tem sua origem nos moldes eurocêntricos trazidos através do processo de colonização. tornando-se, assim um, espaço onde as estruturas de poder devem ser desafiadas.

Autores como Chauí (2016), Mignolo (2017) e Quijano (2010) trazem à tona questões como a engrenagem da modernidade colonial, que continua gerando desigualdades desde sua origem até os dias atuais. Dentro dessa engrenagem está estruturado, também, o lugar dos papéis sociais de gênero; desde a gênese colonial-moderna-patriarcal-cristã, com privilégios para o homem cisgênero e a subalternidade para a mulher (Lugones, 2018; Butler, 2003).

A temática principal deste estudo surge justamente a partir desse contexto, considerando a atual crise humanitária que vivemos, atravessados pela necessidade de investigar como a formação oferecida pelo curso de Licenciatura em Música da UDESC reflete diretamente na atuação diária de profissionais da educação musical já inseridos no mercado de trabalho, especialmente no que diz respeito às questões de gênero. Educadores, educadoras e educadores musicais brasileiros têm destacado a ainda vigente colonialidade presente tanto na educação básica quanto na educação superior (Baptista, 2018; Queiroz, 2017). Esses autores discorrem acerca da necessidade de se examinar a partir de um olhar crítico os múltiplos aspectos presentes nas práticas músico-pedagógicas, partindo desde conteúdos e metodologias até critérios utilizados em processos seletivos, como os vestibulares. Essa perspectiva, ainda eurocêntrica, pode seguir perpetuando desigualdades e reproduzindo estruturas de poder historicamente estabelecidas.

Deste modo, embasamo-nos nos autores com o intuito de reconhecer os perigos presentes na reprodução de estruturas sociais herdadas da modernidade colonial. É de suma importância estarmos atentos às maneiras com que a mentalidade colonial moldou nossas percepções e cosmovisões.

Procedimentos Metodológicos

Os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa serão os Grupos Focais, complementados por entrevistas semi-estruturadas. Os grupos focais podem ocorrer tanto em encontros remotos quanto presenciais.

Durante os encontros de grupos focais, mediados pela orientadora e com o auxílio dos bolsistas de Iniciação Científica, busca-se compreender as percepções dos participantes acerca de suas práticas músico-pedagógicas e como são permeadas por questões de gênero e sexualidades. Os grupos focais são uma metodologia de pesquisa qualitativa (Morgan, 1997). Nesse método, os participantes reúnem-se para discutir um tópico proposto pelos pesquisadores através de interações grupais.

Tanto as entrevistas quanto os grupos focais permitem a coleta de dados que serão analisados posteriormente visando a compreensão e o destaque de características, subjetividades e significações que surgem através dos processos de interação entre todos os participantes.

Para conhecer o modo como licenciandos percebem a ambiência do Departamento de Música, se colocará questões como: você se sente confortável no cotidiano das atividades acadêmicas, em relação à identidade de gênero? Você percebe desconforto em colegas e/ou em docentes em relação a orientações sexuais? Alguma disciplina do currículo trata de gênero e sexualidades? Como você vê a hierarquia entre diferentes saberes no currículo? Quais conhecimentos você percebe como valorizados ou marginalizados? Você percebe privilégios entre docentes homens cisgêneros em detrimento de docentes mulheres?

Gênero e Sexualidades

Este texto tem como enfoque as questões de gênero e sexualidades na ambiência de um curso de Licenciatura em Música, da perspectiva discente. Procuramos ouvir das, dos e des estudantes, questões sobre o que tem legitimidade, o que é subalternizado, o que é

enaltecido nas identidades de gênero e orientações das sexualidades individuais, na ambiência de um departamento de música. Identidades coletivas minorizadas são abordadas?

A partir de relatos de alguns sujeitos da nossa pesquisa anterior, analisamos depoimentos que evidenciam problemas de gênero e sexualidades, transversalizados nos ambientes de trabalho daquelas educadoras musicais. Considerando o tempo pregresso daquela investigação - egressos de 2014 a 2017 - fomos instigadas a verificar, no tempo presente, como as e os estudantes percebem e experienciam questões de gênero e sexualidade nos espaços músico-pedagógicos.

Neste artigo, se pretende aprofundar a reflexão a partir do que já foi levantado na pesquisa mencionada, procurando colaborar na atualização teórica e conceitual do campo dos Estudos de Gênero, em benefício de atividades músico-pedagógicas, na formação de educadoras/es musicais e, portanto, com os cursos de Licenciatura em Música. Esta pesquisa busca investigar as perspectivas e experiências de mulheres e pessoas LGBTQIAP+ que compõem o curso. Queremos saber de que forma esses indivíduos vivenciam o dia a dia universitário, o que permeia suas relações, quais desafios enfrentam e quais suas experiências positivas. Lançaremos o olhar para esmiuçar as formas com que o currículo, a ambiência, os colegas e professores podem contribuir para uma formação emancipadora e representativa.

Nos últimos anos, o debate sobre questões de gênero e sexualidade vêm crescendo e abrangendo múltiplos espaços.

A teoria queer, como recurso epistêmico-educacional musical, vem alargar as percepções sobre música, sobre a prática musical e sobre as maneiras de pensar fazer educação musical nas escolas. Vem evidenciar corpos considerados dissidentes da norma e a reinvenção do discurso musical do diferente com e para o diferente. (Oliveira, 2020, p. 143).

A teoria queer (Louro, 2001; Oliveira, 2020) desempenha esse importante papel epistêmico-educacional no contexto da educação musical, ocorrendo a partir da re-observação de corpos e identidades dissidentes, desafiando as percepções hegemônicas que são perpetuadas dentro de diversas áreas, entre elas, a música. Para isso, é preciso que se

reflita acerca de quais são essas normas, nomeando-as. Indo além, é necessário promover a valorização de músicas produzidas por comunidades e corpos marginalizados.

Dado esse contexto, é preciso consideramos que

(...) tanto determinadas práticas musicais quanto a própria instituição escolar participam na regulação de corpos e identidades, classificando, hierarquizando e marginalizando determinados sujeitos. As políticas públicas de educação reconhecem a importâncias dos/as professores/as para o enfrentamento de todas as formas de discriminação e para a construção de uma sociedade mais justa, pois, entre as funções pedagógicas que a escola assume, está a educação para o convívio entre os diferentes com direitos correlatos, próprio de uma sociedade pluralista e democrática. (Siedlecki, 2016, p. 41)

Nosso estudo aborda a representação de múltiplas identidades a partir de contextos músico-pedagógicos. Isso significa analisar as identidades de sujeitos subalternizadas, reconhecendo-as e valorizando-as dentro das práticas musicais. Alicerçado na teoria queer, defendemos a importância de espaços que promovam a alteridade, exaltando as diferenças e complexidade, o que significa que todas as formas de identidade e expressão de gênero/sexualidades devem ser reconhecidas e respeitadas. Ao fazer isso, buscamos viabilizar ambientes educacionais mais inclusivos e acolhedores, onde todes sintam-se representadas. Para isso, é preciso que os estudos sobre práticas músico-pedagógicas conversem com autores já consolidados, cujas contribuições para o campo da educação musical mostram-se significativas (Oliveira, 2020; Wenning, 2021), sempre em busca de dialogar com as questões emergentes atuais.

Os Estudos de Gênero mostram-se imprescindíveis para uma compreensão histórico-cultural de como vieram configurando-se as relações sociais e marcadores sociais de diferença, na estruturação do patriarcado e nas determinações de papéis sociais no que é tido como masculino e feminino. Para além disso, os Estudos de Gênero são também uma ferramenta que denuncia e escancara as dinâmicas de poder e opressão. O questionamento e a desconstrução de categorias identitárias como o gênero e a sexualidade mostram-se emergentes, com o objetivo de superar binarismos e concepções ultrapassadas para promover

uma educação, e, conseqüentemente, uma sociedade mais equitativa. Destarte, a implementação da teoria queer dentro dos currículos e da educação musical contribui para um ambiente educacional com maior isonomia, reconhecendo a diversidade de identidades e formas de ser-estar no mundo. De acordo com Louro,

A teoria queer permite pensar a ambigüidade, a multiplicidade e a fluidez das identidades sexuais e de gênero mas, além disso, também sugere novas formas de pensar a cultura, o conhecimento, o poder e a educação. (Louro 2001, p. 550).

É de extrema necessidade a inclusão dessas pautas nas instituições educacionais, em destaque para cursos onde formam-se professoras, professores e professorias. As universidades têm uma responsabilidade fundamental nesse processo, levando em consideração que esse é o principal ambiente de formação de profissionais que irão desempenhar o papel de transmissão de conhecimentos e valores às futuras gerações. As instituições de ensino não existem à parte da sociedade, elas são diretamente influenciadas por tudo que as cercam e as constroem. Ou seja, os papéis de gênero performados dentro dessas instituições reproduzem as normas e hierarquias pré-existentes na sociedade.

[...] esses espaços veiculam representações de gênero e sexualidades em suas práticas musicais. Estão diretamente ligados a estruturas econômicas, políticas e culturais sistêmicas da sociedade, conseqüentemente seguindo padronizações de gênero e sexualidades, reproduzindo-os como verdade. (Müller, 2023, p. 86).

Logo, é preciso que as universidades se responsabilizem acerca dessa realidade, assumindo o local de protagonismo na luta contra discriminações, esteriótipos e perpetuação de padrões heteronormativos/cisnormativos¹. Isso significa não apenas abordar a temática em seus currículos, mas também a abertura de espaços para que esse diálogo possa ocorrer.

¹ Para aprofundamento na temática da heteronormatividade, ler o artigo “Corpos, Heteronormatividade e Performances Híbridas”, de Ricardo Pimentel Mélo.

Dentro de um curso de Música, onde a arte desempenha um papel ativo, é preciso dar ouvidos às vozes desses artistas, que muitas vezes se utilizam da expressão artística para denunciar as opressões vividas e compartilhar suas cosmovisões. É fundamental que corpos dissidentes ocupem espaços relevantes, sejam eles no âmbito social ou profissional. É a partir do ato de desafiar as normas pré-estabelecidas que urge questionarmo-nos:

Quantas travestis estão nas salas de aula de nossas escolas especializadas em música ou são professoras nelas? Quantas mulheres transexuais são nossas alunas na educação básica? Quantos professores de música são homens transexuais? Essas pessoas podem ser representadas pelos repertórios que estão nos programas curriculares e/ou nos materiais didáticos? Quantos professores homossexuais podem, em suas aulas de música, pensar fazer um repertório LGBTQ+? Travestis podem se formar concertistas? Travestis podem se formar professoras de música? Já vimos, até o momento, no Brasil, uma professora universitária travesti ou transexual na Licenciatura em Música? (Oliveira, 2020, p. 155)

Ao examinar atentamente as subjetividades presentes nessa temática pulsante, esperamos promover cada vez mais diálogos entre a universidade e os corpos que a ocupam, através de análises críticas e reflexivas.

Considerações Finais

A partir de nossa pesquisa em desenvolvimento, já é evidente a necessidade crescente de discutirmos gênero e sexualidades no âmbito da educação musical e de nossas práticas músico-pedagógicas. Por muito tempo, a educação musical perpetuou estruturas patriarcais e coloniais, frequentemente invisibilizando e oprimindo identidades outras.

Ao reconhecer e discutir a multiplicidade de identidades, nós, educadoras, educadores e educadoras musicais, atuamos para romper com essas dinâmicas de opressão. A inclusão dessas temáticas na educação musical amplia a abordagem de repertórios e perspectivas culturais e, também, promove espaços onde todos os estudantes se sintam contemplados e respeitados. Integrar debates sobre gênero e sexualidades na educação

musical impacta diretamente a formação de indivíduos críticos, operando enquanto ferramenta essencial para desafiar as estruturas de poder e preconceitos que permeiam nossa sociedade.

Referências

BAPTISTA, Maria Manuel (org.). *Gênero e performance: textos essenciais I*. Coimbra: Grácio Editor, 2018. p. 239-270.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução, Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHAUÍ, Marilena. *A ideologia da competência*. São Paulo: Autêntica Editora, v. 3, n. 2, p. 111-135, dez. 2018.

FILHO, I. I. dos Santos. Afrontas queer/cu-ir: linguagem não-binária na escrita acadêmica (implicações políticas e possibilidades). *Revista da ABRALIN*, v. 20, n. 3, p. 1256-1275, 2021. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/2003>. Acesso em: 13 jun. 2024.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática de liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GENTILI, Pablo. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: GENTILI, Pablo; Silva, Tomaz Tadeu da (orgs.). *Escola S.A.: quem ganha e quem perde no mercado educacional do liberalismo*. Brasília: Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação/CNTE, 1995. p. 24-40.

HOOKS, bell. *Anseios: raça, gênero e políticas culturais*. São Paulo: Elefante, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria queer – uma política pós-identitária para a educação. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.

LUGONES, Maria. Heterossexualismo e o sistema de gênero colonial/moderno. In: SMITH, A. (Org.). *Estudos de gênero e colonialidade*. Buenos Aires: Editorial Siglo XXI, 2003. p. 123-150.

MÉLLO, Ricardo Pimentel. Corpos, heteronormatividade e performances híbridas. *Psicologia & Sociedade*, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 197-207, jan./jun. 2012.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. Tradução de Marco Oliveira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 32, n. 94, p. 1-18, jun. 2017.

MORGAN, David L. *Focus group as qualitative research Qualitative Research Methods Series*. 2. ed. London: Sage Publication, 1997.

MÜLLER, Vânia Beatriz. Gênero e interseccionalidade: práticas músico-pedagógicas como vetores sociais de subjetivação. In: BEINEKE, Viviane (org.). *Educação musical: diálogos insurgentes*. São Paulo: Hucitec, 2023. p. 79-94.

OLIVEIRA, Wenderson Silva; FARIAS, Isabel Maria Sabino de. Enviadescer a educação musical, musicar a bicha e fraturar currículos: estranhamentos sonoros para pensar fazer um currículo queer. *Revista da Abem*, v. 28, p. 139-161, 2020.

QUEIROZ, Luis Ricardo Silva. Formação intercultural em música: perspectivas para uma pedagogia do conflito e a erradicação de epistemicídios musicais. *Revista do Programa de Pós Graduação em Educação*, Campo Grande, v. 23, n. 45, p. 99-124, jan./jun. 2017.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder e classificação social. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). *Epistemologias do Sul*. São Paulo: Cortez, 2010. p. 73-117.

ROCHA, Juliana dos Santos. *O aprender como produção humana: os sentidos subjetivos acerca da aprendizagem produzidos por adolescentes em situação de vulnerabilidade social*. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-graduação da Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016.

SIEDLECKI, Vivian. A diversidade de gênero e sexualidade na perspectiva de licenciandos/as em música. 2016. Tese (Doutorado em Música) – Instituto de Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

WENNING, Gabriela Garbini. Diversidade de gênero e sexualidade na docência de música: um estudo com professores/as de música da educação básica. *Revista da Abem*, v. 28, p. 211-229, 2020.

